

ATA NÚMERO 70/XIII/ 1.ª SL

Aos dezanove dias do mês de outubro de 2016, pelas 9 horas, reuniu a Comissão de Orçamento, Finanças e Modernização Administrativa, na Sala 3 do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte Ordem do Dia:

09h00

Audição da Senhora Doutora Maria Gabriela de Oliveira Figueiredo Dias de Castro Fernandes, no âmbito da proposta de designação para Presidente do Conselho de Administração da Comissão do Mercado de Valores Mobiliários.

10h30

- 1. Audição da Senhora Doutora Filomena Raquel da Rocha Rodrigues Pereira de Oliveira, no âmbito da proposta de designação para Vice-Presidente do Conselho de Administração da Comissão do Mercado de Valores Mobiliários.**
- 2. Apreciação e votação das atas n.º 66, 67 e 68.**
- 3. Discussão e votação na especialidade das propostas de alteração referentes ao Decreto-Lei n.º 39/2016, de 28 de julho, que “Procede à terceira alteração ao Estatuto do Gestor Público, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 71/2007, de 27 de março”, no âmbito das Apreciações Parlamentares n.ºs 17/XIII (PSD) e 18/XIII (CDS-PP).**
- 4. Discussão e votação na especialidade das propostas de alteração referentes ao Decreto-Lei n.º 41/2016, de 01 de agosto, que “No uso da autorização legislativa concedida pelo artigo 131.º, pelos n.ºs 3 e 4 do artigo 140.º e pelos artigos 148.º a 150.º, 156.º, 166.º e 169.º da Lei n.º 7-A/2016, de 30 de março, altera o Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares, o Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas, o Código do Imposto sobre o Valor Acrescentado, o Regime do IVA nas Transações Intracomunitárias, o Decreto-Lei n.º 185/86, de 14 de julho, o Código do Imposto do Selo, o Código do Imposto Municipal sobre Imóveis e o Código do Imposto Único de Circulação”, no âmbito das Apreciações Parlamentares n.ºs 19/XIII (PSD), 20/XIII (CDS-PP) e 21/XIII (BE).**

5. **Discussão e votação do Relatório da Petição n.º 132/XIII/1.ª – “Pretende que os cidadãos estrangeiros que desejem residir em Portugal possam abrir provisoriamente uma conta bancária com o respetivo passaporte.”.**
Autora do relatório: Inês Domingos (PSD)

6. **Apreciação da nota de admissibilidade da Petição n.º 178/XIII/1.ª – Criação de uma plataforma Fiscal Centralizada que estabeleça a obrigatoriedade de indicação do número de contribuinte em qualquer sistema operativo de faturação (público e privado), impossibilitando a emissão de fatura ou de outro documento sem indicação do número de contribuinte. (Cabe ao GP PSD).**

7. **Relatório da Reunião interparlamentar sobre o Semestre Europeu, no dia 28 de setembro, no Parlamento Europeu.**
Autor do relatório: Paulo Trigo Pereira (PS).

8. **Designação de autor do parecer ao Projeto de Lei n.º 316/XIII/2.ª (CDS-PP) - Aprova o Crédito Fiscal Extraordinário ao Investimento II (CFEI II). (Cabe ao GP BE).**

9. **Designação de autor do parecer à Proposta de Lei n.º 36/XIII/2.ª (GOV) - Aprova as Grandes Opções do Plano para 2017. (Cabe ao GP CDS-PP).**

10. **Designação de autor do parecer à Proposta de Lei n.º 37/XIII/2.ª (GOV) – Aprova o Orçamento do Estado para 2017 (Cabe ao GP PSD).**

11. **Designação de autor do parecer ao Projeto de Lei n.º 322/XIII/2.ª (CDS-PP) - Cria a Conta de Gestão Florestal (Cabe ao GP PS).**

12. **Outros assuntos.**

Audição da Senhora Doutora Maria Gabriela de Oliveira Figueiredo Dias de Castro Fernandes, no âmbito da proposta de designação para Presidente do Conselho de Administração da Comissão do Mercado de Valores Mobiliários.

A Senhora Presidente iniciou a reunião dando as boas vindas à Dr.ª Maria Gabriela de Oliveira Figueiredo Dias de Castro Fernandes, bem como às Senhoras e Senhores Deputados presentes, enquadrando a audição nos n.ºs 3 e 4 do artigo 17.º da Lei n.º 67/2013, de 28 de agosto, na sequência de ofício do Governo

dando conta da indigitação de personalidades para o Conselho de Administração (CA) da Comissão do Mercado de Valores Mobiliários (CMVM). A Senhora Presidente deu conta da metodologia adotada para estas audições, nomeadamente a possibilidade de uma intervenção inicial e a grelha de tempos, que consiste numa primeira ronda de cinco minutos por Grupo Parlamentar (GP), com resposta individual, e uma segunda ronda de três minutos por GP, com resposta final conjunta, após o que deu a palavra à Dr.^a Gabriela Figueiredo Dias, para uma alocução inicial.

Em sede de primeira ronda de intervenções, usaram da palavra os Senhores Deputados Inês Domingos (PSD), Eurico Brilhante Dias (PS), Mariana Mortágua (BE) e Cecília Meireles (CDS-PP), tendo a Dr.^a Gabriela Figueiredo Dias respondido individualmente às questões colocadas.

No âmbito da segunda ronda, intervieram os Senhores Deputados Inês Domingos (PSD) e Eurico Brilhante Dias (PS), tendo a Dr.^a Gabriela Figueiredo Dias usado da palavra para responder ao conjunto das questões. Não se registando intervenções adicionais, a Senhora Presidente deu por concluída a audição, agradecendo os esclarecimentos prestados pela Dr.^a Gabriela Figueiredo Dias.

A audição foi gravada, constituindo a gravação parte integrante desta ata, pelo que se dispensa o seu desenvolvimento aprofundado nesta sede.

A gravação pode ser consultada na [página internet](#) da audição.

Antes de passar à audição seguinte, a Senhora Presidente deu conta da proposta, elaborada pelo Senhor Deputado Duarte Pacheco (PSD) enquanto Secretário da Mesa da Assembleia da República, de divisão da discussão e votação da proposta de lei que aprova o Orçamento do Estado para 2017 em três dias, por capítulos e artigos.

1. Audição da Senhora Doutora Filomena Raquel da Rocha Rodrigues Pereira de Oliveira, no âmbito da proposta de designação para Vice-Presidente do Conselho de Administração da Comissão do Mercado de Valores Mobiliários

A Senhora Presidente deu as boas vindas à Dr.^a Filomena Oliveira, enquadrando a audição nos n.ºs 3 e 4 do artigo 17.º da Lei n.º 67/2013, de 28 de agosto, na sequência de ofício do Governo dando conta da indigitação de personalidades para o Conselho de Administração (CA) da Comissão do Mercado de Valores Mobiliários (CMVM). A Senhora Presidente deu conta da metodologia adotada para estas audições, nomeadamente a possibilidade de uma intervenção inicial e a grelha de tempos, que consiste numa primeira ronda de cinco minutos por Grupo Parlamentar (GP), com resposta individual, e uma segunda ronda de três minutos por GP, com resposta final conjunta.

Após a alocução inicial da Dr.^a Filomena Oliveira, e em sede de primeira ronda de intervenções, usaram da palavra os Senhores Deputados Rubina Berardo (PSD), Eurico Brilhante Dias (PS) e Cecília Meireles (CDS-PP), tendo a Dr.^a Filomena Oliveira respondido individualmente às questões colocadas.

Na segunda ronda interveio apenas o Senhor Deputado Eurico Brillhante Dias (PS), com resposta da Dr.^a Filomena Oliveira.

A Senhora Presidente agradeceu os esclarecimentos prestados pela Dr.^a Filomena Oliveira e deu por concluída a audição.

A audição foi gravada, constituindo a gravação parte integrante desta ata, pelo que se dispensa o seu desenvolvimento aprofundado nesta sede.

A gravação pode ser consultada na [página internet](#) da audição.

2. Apreciação e votação das atas n.º 66, 67 e 68

A ata n.º 66 foi aprovada por unanimidade. As atas n.ºs 67 e 68 foram objeto de sugestões de alterações por parte dos Senhores Deputados Paulo Trigo Pereira (PS), António Leitão Amaro (PSD), relativamente à ata n.º 67, e Cristóvão Crespo (PSD), no que toca à ata n.º 68. A Senhora Deputada Cecília Meireles (CDS-PP) solicitou o adiamento da votação destas duas atas, ao que a Comissão anuiu, e o Senhor Deputado Paulo Trigo Pereira propôs que as sugestões de alteração fossem remetidas por escrito à mesa.

3. Discussão e votação na especialidade das propostas de alteração referentes ao Decreto-Lei n.º 39/2016, de 28 de julho, que “Procede à terceira alteração ao Estatuto do Gestor Público, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 71/2007, de 27 de março”, no âmbito das Apreciações Parlamentares n.ºs [17/XIII \(PSD\)](#) e [18/XIII \(CDS-PP\)](#).

O Senhor Deputado Miguel Tiago (PCP) propôs que a votação se iniciasse pelo aditamento de um artigo 29.º-A e depois o artigo 2.º-B, por uma questão de coerência. Não sendo aprovados estes (limites de remunerações e âmbito de aplicação), não fará sentido votar as restantes.

O Senhor Deputado António Leitão Amaro (PSD) afirmou ter dúvidas sobre este procedimento, nomeadamente a introdução numa apreciação parlamentar de questões que não caem no âmbito do decreto-lei em causa.

A Senhora Deputada Cecília Meireles (CDS-PP), não se opondo a esta votação, nota que o decreto-lei recai sobre o estatuto do gestor público e não sobre outras matérias, manifestando, também, dúvidas sobre este procedimento.

O Senhor Deputado Miguel Tiago (PCP) declarou compreender as dúvidas sobre o método e que o mesmo será questionável, mas referiu que o PCP defende uma visão integrada de todos estes elementos e que, neste caso, a política se sobrepõe à legística.

O Senhor Deputado João Paulo Correia (PS) aceitou a sustentação do GP PCP.

O Senhor Deputado António Leitão Amaro (PSD) perguntou, na sequência do raciocínio apresentado, se o PCP retirará as restantes alterações, caso as primeiras sejam rejeitadas. Realçando que não se trata de uma questão de legística, questiona se não se poderá verificar uma inconstitucionalidade – formal - de

normas que eventualmente poderão ser aprovadas, dado que a Constituição da República Portuguesa prevê um determinado procedimento legislativo para a aprovação de normas que não está a ser seguido neste caso concreto.

A Senhora Presidente corroborou este entendimento, sugerindo que se adie esta votação.

A Senhora Deputada Cecília Meireles (CDS-PP) discordou da possibilidade de novo adiamento desta votação. Referindo que o GP CDS-PP votará a favor do artigo 29.º-A, notou que todas as propostas constantes deste processo deviam ser votadas.

O Senhor Deputado Miguel Tiago (PCP) reiterou que se o primeiro artigo a submeter a votação não for aprovado, as restantes estarão prejudicadas. Não entendendo assim a mesa, declarou que o GP PCP procederá à retirada das mesmas.

Votada e rejeitada a proposta de aditamento de um artigo 29.º-A, com os votos contra de PSD e PS e votos favoráveis de BE, CDS-PP e PCP, o Senhor Deputado Miguel Tiago (PCP) repetiu que entende as restantes propostas como prejudicadas.

O Senhor Deputado António Leitão Amaro (PSD), como declaração de voto, reiterou igualmente os argumentos já aduzidos na discussão em reunião plenária.

A Senhora Deputada Cecília Meireles (CDS-PP) observou que há propostas de alteração que, considerou, poderiam ser votadas mesmo com a rejeição da norma acima mencionada. Por outro lado, sugeriu que se votasse, pelo menos, a norma que deu azo às apreciações parlamentares, nomeadamente a exceção ao estatuto do gestor público, até tendo em conta os argumentos já trocados em redor desta questão, para deixar claras as posições dos vários GP's.

A Senhora Deputada Mariana Mortágua (BE) notou que não se podem fazer votações sobre normas que não existem. Acrescentou que o PSD permitiu, com esta votação, que a remuneração dos administradores da Caixa Geral de Depósitos (CGD) não fosse limitada, preferindo uma solução que depende da discricionariedade do Ministro das Finanças.

O Senhor Deputado António Leitão Amaro (PSD) entendeu que a intervenção da Senhora Deputada Mariana Mortágua (BE) deixou claro que as posições dos GP's não são nítidas. Como tal, exigiu a votação da norma mencionada pela Senhora Deputada Cecília Meireles (CDS-PP).

O Senhor Deputado Miguel Tiago (PCP) sublinhou que cada GP tem a sua estratégia de votação e notou que o PCP é contra o atual regime de exceção mas também contra o anterior; como tal, o PCP não assumirá uma posição que não é a sua, de legitimar a anterior solução.

A Senhora Deputada Cecília Meireles (CDS-PP) voltou a considerar essencial que a votação continue, porque os resultados serão completamente diferentes da ausência de votação, respondendo o Senhor Deputado Miguel Tiago (PCP) que as restantes propostas estão prejudicadas, no entender do PCP, realçando os argumentos já utilizados.

O Senhor Deputado António Leitão Amaro (PSD) defendeu que o PSD aceitou a metodologia proposta pelo PCP, mas não aceita o fim deste processo sem a votação da norma que excetua a aplicação do estatuto do

gestor público à CGD. Sugeriu, em alternativa, que se vote do início, a norma de exceção, ou uma nova norma apresentada.

O Senhor Deputado João Paulo Correia (PS) notou que estava estabelecido que a votação incidisse da forma proposta pelo PCP, devendo o processo agora ser concluído, uma vez que a votação terminou.

A Senhora Deputada Marina Mortágua (BE) corroborou a intervenção anterior, notando que a metodologia sugerida pelo PCP foi aceite por todos os GP. Solicitou que os trabalhos sejam concluídos, neste ponto.

O Senhor Deputado Miguel Tiago (PCP) reiterando que a metodologia proposta pelo PCP foi aceite, tendo o a votação terminado e o Senhor Deputado António Leitão Amaro (PSD) intervindo em sede de declaração de voto. Perguntou à mesa se as votações se consideram prejudicadas. Voltou a sublinhar que o PCP não pretende que seja ripristinado o regime anterior e que, como tal, não faz sentido haver mais votações.

A Senhora Presidente, compreendendo a ratio de enquadramento sistemático de todas as propostas de alteração, declarou que não é possível entender que as restantes votações ficam prejudicadas, questionando assim se o PCP retira as restantes propostas.

O Senhor Deputado Miguel Tiago (PCP) declarou respeitar a interpretação da Senhora Presidente e declarou que o PCP retirava as restantes propostas.

O Senhor Deputado António Leitão Amaro (PSD), em sequência, e reiterando a argumentação já aduzida, solicitou que fosse votada a revogação da norma de exceção do estatuto do gestor público (com a concordância de todos os GP), sendo que, em alternativa, o PSD apresentará iniciativas legislativas neste sentido.

A Senhora Presidente lembrou que a questão da retirada das propostas do PCP se encontra encerrada.

O Senhor Deputado Miguel Tiago (PCP) manifestou dúvidas sobre a possibilidade de qualquer das alternativas apresentadas pelo PSD, sendo que, por um lado, a especialidade está encerrada e que, por outro, é discutível que a mesa da Assembleia da República aceite uma nova iniciativa sobre esta matéria na mesma sessão legislativa.

O Senhor Deputado António Leitão Amaro (PSD) notou então que o PCP não aceitou a sugestão do PSD (para tal seria necessário não considerar encerrada a especialidade), pelo que o PSD apresentaria novas iniciativas legislativas oportunamente.

4. Discussão e votação na especialidade das propostas de alteração referentes ao Decreto-Lei n.º 41/2016, de 01 de agosto, que “No uso da autorização legislativa concedida pelo artigo 131.º, pelos n.ºs 3 e 4 do artigo 140.º e pelos artigos 148.º a 150.º, 156.º, 166.º e 169.º da Lei n.º 7-A/2016, de 30 de março, altera o Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares, o Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas, o Código do Imposto sobre o Valor Acrescentado, o Regime do IVA nas Transações Intracomunitárias, o Decreto-Lei n.º 185/86, de 14 de julho, o Código do Imposto do Selo, o

Código do Imposto Municipal sobre Imóveis e o Código do Imposto Único de Circulação”, no âmbito das Apreciações Parlamentares n.ºs [19/XIII \(PSD\)](#), [20/XIII \(CDS-PP\)](#) e [21/XIII \(BE\)](#).

Intervieram os Senhores Deputados Duarte Pacheco (PSD), Paulo Sá (PCP), Jamila Madeira (PS), João Pinho de Almeida (CDS-PP) e Mariana Mortágua (BE) para justificar a apresentação das propostas de alteração e os respetivos sentidos de voto. Foi ratificada a proposta de alteração do Bloco de Esquerda, apresentada no dia anterior.

O relatório de votação, bem como as propostas de alteração e o texto final resultante das mesmas constam da [página da iniciativa](#).

- 5. Discussão e votação do Relatório da [Petição n.º 132/XIII/1.ª](#) – “Pretende que os cidadãos estrangeiros que desejem residir em Portugal possam abrir provisoriamente uma conta bancária com o respetivo passaporte.”.**

Autora do relatório: Inês Domingos (PSD)

A Senhora Deputada Inês Domingos (PSD) apresentou o relatório do qual foi autora, sendo o mesmo aprovado por unanimidade.

- 6. Apreciação da nota de admissibilidade da [Petição n.º 178/XIII/1.ª](#) – Criação de uma plataforma Fiscal Centralizada que estabeleça a obrigatoriedade de indicação do número de contribuinte em qualquer sistema operativo de faturação (público e privado), impossibilitando a emissão de fatura ou de outro documento sem indicação do número de contribuinte. (Cabe ao GP PSD).**

O GP PSD manifestou a intenção de designar o relator num momento posterior.

- 7. Relatório da Reunião interparlamentar sobre o Semestre Europeu, no dia 28 de setembro, no Parlamento Europeu.**

Autor do relatório: Paulo Trigo Pereira (PS).

O Senhor Deputado Paulo Trigo Pereira (PS) apresentou o relatório de que foi autor, o qual se encontra disponível na [página da reunião](#).

- 8. Designação de autor do parecer ao [Projeto de Lei n.º 316/XIII/2.ª \(CDS-PP\)](#) - Aprova o Crédito Fiscal Extraordinário ao Investimento II (CFEI II). (Cabe ao GP BE).**

O GP BE manifestou a intenção de designar o autor do parecer num momento posterior.



9. Designação de autor do parecer à [Proposta de Lei n.º 36/XIII/2.ª \(GOV\)](#) - Aprova as Grandes Opções do Plano para 2017. (Cabe ao GP CDS-PP).

O GP CDS-PP indicou a Senhora Deputada Cecília Meireles (CDS-PP) como autora do parecer.

10. Designação de autor do parecer à [Proposta de Lei n.º 37/XIII/2.ª \(GOV\)](#) – Aprova o Orçamento do Estado para 2017 (Cabe ao GP PSD).

O GP PSD indicou a Senhora Deputada Margarida Balseiro Lopes como autora do parecer.

11. Designação de autor do parecer ao [Projeto de Lei n.º 322/XIII/2.ª \(CDS-PP\)](#) - Cria a Conta de Gestão Florestal (Cabe ao GP PS).

O GP PS indicou o Senhor Deputado Fernando Anastácio como autor do parecer.

Não havendo mais intervenções, a Senhora Presidente encerrou a reunião, às 13:45 horas, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 19 de outubro de 2016

A PRESIDENTE

(Teresa Leal Coelho)



Comissão de Orçamento, Finanças e Modernização Administrativa

Reunião de 20 de outubro de 2016

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

António Leitão Amaro
António Ventura
Carlos Silva
Cecília Meireles
Cristóvão Crespo
Duarte Pacheco
Eurico Brilhante Dias
Fernando Anastácio
Hortense Martins
Inês Domingos
Ivan Gonçalves
Jamila Madeira
João Paulo Correia
João Pinho de Almeida
Margarida Balseiro Lopes
Mariana Mortágua
Paulino Ascensão
Paulo Sá
Paulo Trigo Pereira
Ricardo Leão
Rubina Berardo
Teresa Leal Coelho
Jorge Paulo Oliveira
Margarida Mano
Santinho Pacheco

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

João Galamba